

Por Antonio Penteado Mendonça



Os mais velhos vão se lembrar como era o setor de seguros antes do Plano Real. É verdade, faz tempo e o tempo é a melhor forma de abrandarmos a realidade passada, dando contornos mais amenos para problemas que, à época, eram extremamente sérios e capazes de causar estragos de vulto no que quer que fosse.

No caso, estamos falando do setor de seguros. Até 1994, ele representava menos de 1% do PIB e, se o Plano Real não tivesse trazido estabilidade para a moeda, até hoje estaríamos patinando em patamares mais ou menos semelhantes. Na base de tudo estava a inflação descontrolada, que chegou em patamares de hiperinflação, o que impedia de se falar em valor de moeda. O país e o seguro trabalhavam com índices que eram diariamente reajustados, numa tentativa desesperada de manter a paridade do valor do que deveria ser uma moeda, mas que naquele momento se chamava “TR” ou outro índice que reajustava um determinado preço.

Num processo inflacionário é muito difícil se falar em constituição de renda ou poupança. A razão é simples: a inflação corrói o poder de compra da moeda, desvalorizando o fundo, com consequente prejuízo para quem participa dele.

A prova insofismável de que a inflação é a maior inimiga do seguro é a velocidade com que o setor se desenvolveu a partir da estabilidade do real. De menos de 1% do PIB, o faturamento do setor saltou para algo próximo de 6% em menos de 20 anos. Poucas atividades econômicas tiveram um desempenho comparável e que é o responsável pelas altas reservas do setor, das mais altas da economia nacional.

Nos últimos dois meses, a economia brasileira vem apresentando problemas com abastecimento, desabastecimento, exportações, preços dolarizados e a forte desvalorização do real diante do dólar. O resultado é que a inflação, até então bem comportada, na casa dos 2% ao ano, saltou, em novembro, para mais de 4%, a mais alta em muitos anos.

Este salto não é uma mudança de um ou dois pontos percentuais, este salto é de cem por cento. Em poucos meses, a inflação dobrou e não há nada que indique que vá cair nos próximos meses. O resultado mais visível para a população é a distorção de índices como o IGPM, que regula os aluguéis e que aponta para aumentos indevidos, muito acima da inflação real, por ter entre seus componentes variáveis que não têm nada com o dia a dia do cidadão.

O Brasil está caminhando na beira do abismo e ameaça colocar uma venda nos olhos. Não há nenhuma ação concreta para modificar o cenário que, aliás, no curto prazo, não tem muito como ser modificado. As pressões continuarão, os preços dos alimentos continuarão atrelados ao mercado internacional, a falta de insumos continuará afetando a produção industrial e o desemprego em níveis altíssimos continuará afetando a vida da sociedade.

Além de muita falação e boas intenções, o governo não tem nada concreto para oferecer. As reformas estão paradas, até agora não aconteceu nenhuma das privatizações prometidas pelo Ministro da Economia e o chamado “Centrão” vai ocupando cada vez mais espaço, em absoluta contradição com o discurso do Presidente da República.

Como se não bastasse, a série de equívocos do Governo Federal no trato da pandemia do coronavírus tem como resultado desastroso o país estar atrasado no que concerne às medidas necessárias para vacinar a população. E o Presidente está mais preocupado com sua popularidade do que em adotar as medidas realmente importantes para não comprometer o futuro do país.

Neste cenário, é hora dos gestores das seguradoras ficarem de olhos abertos para tomarem as medidas indispensáveis para manter a estabilidade e a solidez das companhias e do setor. A taxa de juros, hoje, já é das mais baixas do mundo, com o Banco Central mantendo o juro básico em 2% ao ano, mesmo sabendo que a inflação está acima de 4%.

Parte importante da remuneração das seguradoras vem de seus investimentos, que são direcionados e controlados pelo governo. Com remuneração negativa, a única forma de equilibrar o negócio é aumentando o preço dos seguros. Será que isso é possível neste momento?

Fonte: O Estado de São Paulo, em 14.12.2020.